

DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7747/pf.v5n2p91-99>

MAQUIAVEL: A ÉTICA DE UM ESTADO FORTE*

Julio Cesar Tavares Dias**

*“Naquele tempo não havia rei em Israel,
mas cada um fazia o que lhe parecia
bem aos olhos” Juízes 21,25*

RESUMO

Este trabalho apresenta, primeiramente, várias considerações/interpretações feitas sobre a obra de Maquiavel (1469-1527), figura eminentemente polêmica, em vários tempos, para depois discutir, a partir da leitura de *O Príncipe*, sua obra mais conhecida, o verdadeiro sentido da ética maquiaveliana¹, fazendo relação, quando necessário, com outras obras desse autor e buscando elementos históricos da época, por vezes, para entendê-lo. Com esse trabalho visamos contribuir para uma desmitificação da figura desse autor visto por muitos como um sujeito perverso e imoral, visão nítida no uso feito popularmente do termo *maquiavélico*, sempre com uma carga semântica bastante negativa.

Palavras-chave: Ética, Maquiavel, Estado, *virtú*, moral.

ABSTRACT

This article present many considerations/interpretations about work of Maquiavel (1469-1527), very polemic person, and after, beginning of reading of *The Prince*, his more known work, it talk over the true sense of ethic of Maquiavel, when necessary linking to other works of this philosopher and sometimes seeking historical elements for we

* Este trabalho destinou-se primeiramente a cadeira Ética, ministrada pelo professor Inácio Strieder no curso de graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Pernambuco.

**Doutorando em Ciência da Religião pela UFJF. Bolsista CNPQ; Bacharel em Filosofia pela UFPE. UFJF. E-mail: juliocesartdias@hotmail.com

¹ Usamos o termo maquiaveliano e não maquiavélico por estar o último cheio de uma carga semântica negativa.

can understand him. We intend to contribute with this article for a better comprehension about this author, for many he is a perfidy and immoral fellow, clear vision in the popular use of the term *Maquiavellian* always with a negative semantic burden.

Keywords: ethic, Maquiavel, State, *virtú*, morals.

INTRODUÇÃO

É possível ética na política? Para muitos, Maquiavel separa em zonas estanques e incomunicáveis ética e política. Pensando assim é que se tratou a figura de Maquiavel como um homem perverso e pai, como colocou Michael White², do “nome do mal” – maquiavelismo, tomado pelo senso comum como sinônimo de esperteza desonesta e aproveitadora. Shakespeare o chamou por “The Murderous”, na era vitoriana ele recebeu o desdenhoso apelido de “old Nick”, que o identificava com o diabo, e na época da Reforma jesuítas acusavam protestantes de serem discípulos de Maquiavel³.

No período clássico da civilização grega não apenas eram ambas, ética e política, indissociáveis, mas era a polis o lugar ideal para a ética. Assim, parece impossível separar o *ethos* da *polis*! O que nestas linhas se sustenta, ao contrário do pensamento acima mencionado, é o contínuo enlace entre ética e política em toda obra de Maquiavel.

MAQUIAVEL E SUA ÉPOCA

Aqui reconhecemos que qualquer “tentativa de compreensão do pensamento político de Maquiavel (...) deve partir da consideração de que há uma íntima correspondência entre o mesmo e a época de transição, rica de contrastes, em que foi concebido e formulado”⁴. Assim, dissociar o pensamento maquiaveliano das situações estatais de sua época é erro grave, pois embora inspirado no exemplo da Roma antiga (como bem claro nos seus Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio), baseia-se, quase sempre, nas observações feitas por ele próprio como participante da vida política de florentina. Passemos, portanto a algumas considerações sobre a época em que Maquiavel viveu.

² *Apud* MAGALHÃES, no prelo.

³ WEFORT, 1993, p. 13.

⁴ ESCOREL, 1979, p.11.

Nicolau Maquiavel, político, historiador⁵ e escritor⁶ italiano, nascido em Florença em 3 de maio de 1469 e morto, também em Florença, no dia 22 de junho de 1527. Desde 1468 foi Chanceler e depois Secretário das relações exteriores da República de Florença. Desempenhou missão no exterior e em 1502 passou cinco meses como Embaixador junto a Cesar Borgia. A política energética e inescrupulosa deste causava-lhe admiração.

Neste contexto, grande confusão reina na Itália. Pequenos Estados, cada qual vivendo situação política e econômica diferentes. A tirania impera em pequenos principados governados despoticamente por casas reinantes sem a tradição dinástica ou de direitos contestáveis. Sendo o poder ilegítimo, há situações de crise e instabilidade permanente, assim, o Príncipe consegue se manter no poder devido apenas ao uso do cálculo político, da astúcia e da ação rápida e fulminante contra os adversários. Qual forma de administração é cabível ou possível nessa situação? Esmagar ou reduzir à impotência a oposição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados. O poder imposto pela força, pela força é destituído. Assim, não há estabilidade política, passando o governo deste para aquele em pouco tempo. De fato, a maior parte dos governantes não conseguia se manter no poder mais do que dois meses⁷.

A religião, a tradição, a vontade popular, nenhuma delas legitima o soberano que tem de contar somente com sua energia criadora, sua *virtú* contra a fortuna. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades têm capacidade para ocupar.

É nesse panorama de crise econômica e política, numa Itália “esplendorosa, mas infeliz”, no dizer do historiador Garin, que Nicolau Maquiavel vive e desenvolve o seu pensamento. Ele é considerado o fundador da moderna ciência política. Contrariou a política da Idade Média, trazendo uma nova maneira de entendê-la, e uma formação de Estado que não se centrava em idéias, mas sim em um Estado possível de ser realizado, por isso é tido como pai do Estado Moderno. Seu grande desejo era de ver uma Itália unificada, o que apenas acontece no século XIX.

⁵ Como historiador Maquiavel escreveu *História de Florença (Istorie firentine)*, obra escrita entre os anos de 1520 a 1525.

⁶ Maquiavel escreveu “O Asno”, o agradável conto “O Demônio que se Casou”, e a comédia teatral “Mandrágora”.

⁷ WEFFORT, 1993, p. 15.

O PRÍNCIPE E SUAS INTERPRETAÇÕES

Durante alguns anos O Príncipe circula sem escândalos de seus leitores, o que se compreende ao levar em conta que suas idéias estavam em consonância com a prática política da época, sem chamar muita atenção também. Maior prova disso é que o filósofo aristotélico Agostini Nifo do Sessa pode em Nápoles publicar em 1523, ainda vivo Maquiavel, um plágio descarado de O Príncipe, o “De regnandi peritia”, que nada mais era do que uma tradução latina do texto⁸. A primeira edição de O Príncipe, 1532⁹, foi inclusive autorizada e patrocinada pelo papa Clemente VII¹⁰. Cortina argumenta que devido a uma visão antropocêntrica que começa a ganhar impulso no Renascimento, é que o livro pode circular sem causar escândalo¹¹.

A primeira reação contrária ocorre durante o período da Contra-Reforma. Em 1559, o papa Paulo IV inclui O Príncipe no Index, e em 1564 o Concílio de Trento confirma sua decisão. Escorel entende essa ação devida ao desejo de recolocar o Estado no poder da Igreja¹². Já o huguenote Inocêncio Gentillet, publicou em 1576 “Contre Nicolas Machiavel florentin”, acusando o filósofo de ateísmo e suas doutrinas de instigarem a “Noite de São Bartolomeu”. Ao se consolidar no século seguinte o poder dos monarcas, Maquiavel passa a ser visto como defensor dos déspotas. Para Cortina, uma leitura assim só é possível desconsiderando o contexto onde a obra foi produzida¹³.

Contrariamente a essa leitura levantam-se “filósofos da estatura de um Rousseau, de um Spinoza, de um Hegel, para citarmos apenas os primeiros”¹⁴. Rousseau, que chamou O Príncipe de “livro dos republicanos”, por exemplo, entende que “Maquiavel, fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo”¹⁵. Sendo esse último seu real interlocutor, não

⁸ Cf. ESCOREL, 1979, p. 61.

⁹ “Tanto os ‘Discursi sopra la Prima Deca di Tito Lívio’ quanto ‘Il Principe’ não foram publicados senão após a morte de Maquiavel: aqueles em 1531, este em 1532. Não se conhecem ao certo os motivos que levaram Maquiavel a adiar a publicação do segundo a ponto de fazer dele um livro póstumo.” (ESCOREL, 1979, P. 61).

¹⁰ Não somente isso, mas também encomendou a Maquiavel, depois de já ter sido divulgado o manuscrito, a História de Florença.

¹¹ CORTINA, 2000, p. 56.

¹² ESCOREL, 1979, p. 62.

¹³ CORTINA, 2000, p. 57.

¹⁴ WEFFORT, 1993, p. 14.

¹⁵ Do Contrato Social, livro 3, cap. IV, apud WEFFORT, 1994, p. 14.

há nenhuma traição de Maquiavel a seus princípios republicanos.

Assim, parece-nos que a leitura que faz de Maquiavel maquiavélico, é uma leitura não apenas descontextualizada de *O Príncipe* (tanto do restante da obra do filósofo como das condições onde ela foi escrita), como uma leitura arbitrária que visava os interesses da Igreja e que, pela grande influência desta, se popularizou. Já seus defensores se colocaram num extremo oposto também não justificado, tentando mesmo conciliá-lo com a Igreja. “Defesa que continha uma parcela de verdade, mas que teve a prejudicá-la seu evidente intuito apologético” – considera Escorel¹⁶.

A ÉTICA EM MAQUIAVEL

Maquiavel com sua obra póstuma *O Príncipe* gerou a ira de muitos setores da sociedade de sua época e consagrou-se para outras épocas como obra polêmica. Marca disso é o adjetivo *maquiavélico*, criado para indicar pessoas que estariam dispostas as mais execráveis ações para conseguir suas metas e objetivos. Porém, nossa intenção aqui é demonstrar que Maquiavel não foi *maquiavélico*. Tratava-se antes de um homem preocupado com a situação de Florença e da Itália de uma forma geral, buscando seu bem. No capítulo VIII do *Príncipe*, afirma que meios que não são virtude podem levar ao poder e não à glória¹⁷, esta identificada com uma Florença politicamente forte e estável. A questão é que Maquiavel não pensa uma ética para um mundo ideal, nem parte de uma concepção ingênua ou por demais otimista da natureza humana, mas pensa a realidade como ela é. Como afirma Ailton Vieira da Cunha, “A modernidade traz consigo uma visão mais voltada para o indivíduo e, portanto, mais realista.”¹⁸

Nosso filósofo não representa, pois, uma ruptura com a ética, mas o nascimento de outra cujo Estado é o centro. Podemos até dizer que se trata da ética como virtude cívica. A ética de Maquiavel é a ética de um estado. Inclusive se diz que a política no século XVI foi um parto maquiaveliano, sendo Maquiavel o fundador da ciência política. O que torna o Estado uma necessidade é a natureza humana, para ele “os homens geralmente

¹⁶ ESCOREL, 1979, p. 63.

¹⁷ “Não se pode, por outro lado, chamar virtude matar seus cidadãos, trair os amigos, não ter fé, nem piedade, nem religião. Esses modos podem levar à conquista do poder, mas não à glória.”

¹⁸ CUNHA, 2000, p. 211.

são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro”¹⁹. Portanto, não haverá ordem se não houver coação. Maquiavel vivendo em uma época em que o indivíduo ganha autonomia, percebe que na ausência de um poder que institua a vida associada, os homens, enquanto átomos isolados, não a constituiriam por vontade própria. A primeira lição que o governante deve aprender é justamente sobre a natureza dos seres humanos, egoísta e disposta ao mal: “é necessário que aquele que institui uma república e ordena suas leis, pressuponha que todos os homens são maus e que estão sempre prontos para usar da maldade de sua alma assim que se lhe apresente a ocasião de fazê-lo livremente”²⁰.

Sua concepção da natureza humana nada tem de metafísica, antes se apóia nas suas observações sobre a História. Se a história é cíclica não é devido aos deuses do Olimpo, mas porque o homem, autor da História, é sempre o mesmo: “os homens nascem, vivem e morrem sempre da mesma maneira”²¹.

O anseio de Maquiavel é por uma Itália unificada e por um Estado forte. Para que isso ocorra necessário é uma substituição dos antigos e arcaicos modos de governo da Idade Média, acreditando Maquiavel que regimes constitucionais seriam mais adequados “às novas circunstâncias da geografia política européia”²². Portanto torna-se necessária uma nova ética, uma vez que as relações sociais estão se transformando, e o governante, por seu lugar específico, deve ter também uma ética específica. Assim pensa Marcos Antônio Lopes: “Para Maquiavel, a existência de uma esfera ética específica do governante é marcada por um padrão próprio e original, o que lhe torna lícitas quaisquer atitudes quando se coloca em jogo o interesse do Estado.”²³

Maquiavel em vários de seus escritos políticos dá atenção à possibilidade de ruína de um Estado e busca meios para evitá-la. Convém lembrar que viveu Maquiavel num cenário onde governantes muitas vezes não conseguiam se manter no poder mais do que dois meses. Um dos meios pelos quais o Estado pode ruir é a corrupção, tema presente particularmente nos

¹⁹ MAQUIAVEL, 2003, p. 74.

²⁰ MAQUIAVEL, 2003, p. 74.

²¹ MAQUIAVEL, 2003, p. 73.

²² LOPES, Discutindo Filosofia nº 2, p. 55.

²³ Idem, Ibidem, p.55.

Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio. A corrupção é comparada a uma doença que após infectar um membro pode contaminar todo corpo. Nos *Discursos* Maquiavel comenta os fatos narrados pelo historiador romano Tito Lívio (59 a.C. - 17 d.C.), é, pois, um texto de análise política cujo objetivo é demonstrar os fatores que concorreram para a sustentação de uma república. A partir daí podemos perceber Maquiavel como um republicano.

Para evitar a ruína do Estado, qualquer ação do príncipe será ética para Maquiavel, mesmo o uso da força e da violência. Hobbes afirmava que não vale boa legislação sem uma espada afiada, semelhantemente, segundo Maquiavel, “não pode haver boas leis onde não existem bons exércitos”²⁴, sendo atos vistos primeiramente como cruéis, por vezes, mais piedosos que a piedade. No caso da pena capital, ela seria vista como ética, e não apenas justificável, por evitar um mal maior. Assim declara Maquiavel no capítulo XVII de *O Príncipe*:

com pouquíssimos julgamentos exemplares, ele será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam acontecer desordens, das quais podem decorrer assassinatos ou rapinas, porquanto estas costumam prejudicar uma comunidade inteira e aquelas execuções que emanam do príncipe atingem apenas um indivíduo.

Mas, “o poder puramente pessoal degenera facilmente em tirania e instabilidade”²⁵. Por isso considera Maquiavel ser a república a melhor forma de governo. Afinal, “nas repúblicas há mais vitalidade”, considera ele no *Príncipe*²⁶. Já nos *Discursos* ele considera que para evitar a corrupção é necessário o zelo pela liberdade de manifestação política e da possibilidade de haver denúncias, acusações e defesa pública. Um estado é mais sólido quando seus cidadãos são livres, pois “Homens em liberdade identificam-se com os negócios de seu Estado e o defendem como coisa sua”²⁷. No capítulo IX do *Príncipe* ele fala da impossibilidade de existir liberdade em um principado:

²⁴ Cap. XII do *Príncipe*.

²⁵ MARTINS, Carlos Estevam. In: MAQUIAVEL, Os Pensadores, p. 19.

²⁶ Cap. V do *Príncipe*.

²⁷ Idem, *Ibidem*.

Porque em toda cidade se encontram essas duas tendências diversas e isso decorre do fato de que o povo não quer ser mandado nem oprimido pelos poderosos e os poderosos desejam mandar e oprimir o povo. E desses dois anseios diversos surge nas cidades um dos três efeitos: *principado ou liberdade ou desordem*²⁸.

Enfim, a ética maquiaveliana é uma ética para um estado forte e estável e para um povo livre. Não se permitindo Maquiavel vãos utópicos, ou o pensamento de um estado ideal, senão pensar a situação crítica da Florença de sua época, pois “É mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o modo como se vive e o modo por que se deveria viver”²⁹.

NOTAS CONCLUSIVAS

Para o Florentino fundar um Estado e conservá-lo é tarefa para um homem que tenha virtude contra os males da fortuna que são grandes, instituindo no lugar do caos que seria produzido se os homens fossem deixados ao seu bel-prazer. Maquiavel trabalha com uma visão pessimista da natureza humana. Para ele, o homem é naturalmente corrompido, e o Estado surge, então, se não como um bem, como um mau necessário, ou um mau menor, que permite aos homens a vida em comunidade e não que, como lobos entre si, dilacerem-se até o extermínio e a extinção.

REFERÊNCIAS

CORTINA, Arnaldo. *O Príncipe de Maquiavel e seus Leitores*. Uma investigação sobre os processos de leitura. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

CUNHA, Ailton Vieira. MAQUIAVEL, O INDIVÍDUO E A LIBERDADE: O Príncipe Democrático. In: *PERSPECTIVA FILOSÓFICA*, v. VII, nº 13, Janeiro – Julho/ 2000, UFPE, p. 211-226.

SCOREL, Lauro. *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1979.

²⁸ Grifo nosso.

²⁹ MAQUIAVEL, 2003, p. 70.

LOPES, Marcos Antônio. O Príncipe em Duas Versões. In: *Revista Discutindo Filosofia*, nº 2. Editora Escala Educacional, p. 54-57.

MAGALHÃES, Fernando. *Entre Duas Éticas*. O Pensamento Político e Moral de Maquiavel: um curso. (no prelo).

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Editora Escala, s/d.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Mônica Banã Álvares. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Os Pensadores*. Nova Cultural, São Paulo, s/d.

MARTINS, José Antônio. Maquiavel e A Corrupção. In: *Revista Discutindo Filosofia*, nº 5. Editora Escala Educacional, p. 28-31.

WEFFORT, Francisco C. (org). *Os Clássicos da Política*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1993. v.1.